



Jornal de Barcelos

Semanário Católico e Regionalista

ANO XXVI — N.º 1320

QUINTA-FEIRA

23

30

1975

AVENÇA

N.º avulso 2\$50

Proprietário
Empresa Editorial Jornal de Barcelos, Lda.
Comp. e Imp.: Tip. Diário do Minho — Braga

Director
Dr. Armando Pereira do Vale Miranda

Redacção e Administração
Rua de S. Francisco, 32 — Telefone 83311
BARCELOS

Novo Governador Civil do Distrito



ENG.º EURICO DA SILVA TEIXEIRA DE MELO

Foi nomeado para o alto cargo de Governador Civil do Distrito o eng.º Eurico da Silva Teixeira de Melo, natural de Santo Tirso, mas residente em Guimarães. Foi candidato à Assembleia Constituinte pelo Distrito de Braga e chefiava a Delegação do PPD em Guimarães.

O novo Governador do Distrito foi empossado no dia 22 de Outubro corrente e já se encontra em funções.

O novo magistrado superior do Distrito não carece de apresentação, conhecido como geralmente é. O seu elogio fá-lo-á a obra que o espera no desempenho do espinhoso cargo a que foi chamado.

Aqui, desta tribuna, com eco entre cerca de 100 mil conterrâneos, saudamos o novo Governador e pomos ao seu inteiro dispor as colunas de JORNAL DE BARCELOS.

Dentro desta disposição e certos do bom serviço que prestamos, com a divulgação do que deverá ser a orientação dos novos governadores, a seguir damos o texto integral do discurso do Ministro da Administração Interna, no acto de posse do Governador do Distrito.

Disse Sua Excelência o Ministro:

Senhores Governadores,

Eu não podia nem devia, na minha qualidade de Ministro da Administração Interna, no momento da posse dos primeiros governadores civis por mim nomeados, deixar de, em nome do VI Governo Provisório, dirigir a todos uma palavra de vivo apreço pelo espírito de sacrifício, pelo patriotismo e determinação de servir que a aceitação do cargo representa.

Não é hoje novidade para ninguém — sobretudo depois da recente comunicação ao país do Senhor Primeiro Ministro — que atravessamos uma grave crise que poderá até vir a pôr em risco a própria independência nacional. Nestas circunstâncias participar em actos governativos é uma missão de transcendente dificuldade que impõe uma dedicação total com sacrifício do mais elementar sossego e bem estar.

Porém, a convicção de que se está travando uma batalha decisiva para o êxito da Revolução Portuguesa deve dar-nos ânimo para prosseguir. Estou

seguro que possuíis esse ânimo e, por isso, convicto que juntos havemos de contribuir para a construção da democracia e do socialismo no nosso país.

Meus Senhores,

Para o VI governo, governar não é fazer leis que vão para o Diário do Governo e por lá se quedam inânes para deleite apenas de alguns entusiastas, tal como sucedeu com muitas das leis promulgadas na vigência da Primeira República.

Para o VI governo, governar é certamente também publicar leis; mas leis que sejam exequíveis e venham efectivamente a ser cumpridas.

Para o VI governo, governar é pôr em execução, para nem tudo se per-

(Continua na 3.ª página)

1.º de Novembro

Sábado, primeiro de Novembro, a Igreja Universal festeja a Todos-os-Santos.

Dia em que relembramos em saudade aqueles a quem sucedemos e que nos precederam com o sinal da fé.

E que por isso cremos no seio do Senhor, como santos da glória eterna.

Menos não desejamos a nossos pais, a nossas parentes, a nossos amigos e, cristãmente, a todos que comungam na nossa mesma esperança.

Dia de saudade que alvoroça os corações da juventude e reanima os já gastos pela vida, nesta caminhada comum, que a todos, queiramos ou não, conduz ao mesmo destino.

Desfolhar perfumadas pétalas à memória dos nossos entes queridos, lembrá-los em sentida evocação, sufragá-los em prece ardente pelo seu eterno descanso. É o dia de Todos-os-Santos os que já se encontram no gozo e os que vão no caminho da glória. Como é boa e salutar a lembrança dos Mortos!

★

Segundo a tradição, sábado, às 14 horas, faz-se a romagem das Irmandades e confrarias ao cemitério, à qual se associam os que têm no Campo Santo — a Verdadeira Terra da igualdade — entes queridos ou a sufragar.

Conselho Permanente da Conferência Episcopal NOTA PASTORAL sobre a Liberdade de Ensino na nova Constituição

1. A Conferência Episcopal Portuguesa aprovou, na sua última reunião, uma nota pastoral sobre a situação do ensino em Portugal. Dela constava a reafirmação da doutrina da Igreja acerca da liberdade de ensino e uma chamada de atenção para o desrespeito deste direito fundamental, que se desejava ver corrigido num Portugal renovado.

(Continua na 2.ª pág.)

COMUNICADO

do Conselho de Gerência da Rádio Renascença

Perante o espectáculo a que o país assistiu na madrugada de 22 e que se traduziu no assalto aos Emissores da Rádio Renascença na Buraca, selados por determinação da Prêsidência da República, o Conselho de Gerência da Rádio Renascença, interpretando o sentimento de revolta e angústia que neste momento domina o povo português, e os católicos em especial, entende ser seu dever chamar a atenção para os seguintes pontos:

1. Mais do que o acto do rompimento dos selos e assalto ao Centro Emissor, o que mais preocupa e impressiona é a desobediência e desafio lançado ao Presidente da República e Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, impunemente praticado por bandos de agitadores profissionais que nada mais representam do que a si próprios.

2. Este acontecimento leva os portugueses a interrogar-se e a perguntar aos responsáveis pelo actual processo revolucionário português, qual o caminho para onde estão a ser conduzidos e o que os espera, ante a escalada de minorias dominadas por ideologias já repudiadas pelo país.

3. Que pretendem estes grupos, perfeitamente organizados e comandados, atingir com este acto praticado no momento em que o Presidente da República se desloca ao Vaticano em visita a S. Santidade o Papa Paulo VI?

Têm em vista ofender a Igreja e os Católicos portugueses, que constituem a grande maioria da população?

Ou trata-se apenas de mais uma manobra desesperada para tentar a destruição acelerada do VI Governo e fazer mergulhar o País na anarquia e no caos?

Lisboa, 23 de Outubro de 1975.

COBRANÇA DE ASSINATURAS

Está em curso a cobrança das assinaturas na cidade e no concelho.

Vai seguir-se a cobrança pelo correio para assinaturas de fora da terra.

Desde já ficamos a todos muito obrigados pelo bom acolhimento.

Sem assinantes e sem anunciantes, o jornal não pode subsistir.

Precisa-se de uns e de outros para se poder manter esta coluna de Verdade ao serviço da Igreja Católica e da Terra, procurando, por uma e por outra, servir a Pátria, que todos desejamos livre, respeitada e próspera.

Assim Deus nos ajude, como os homens nos entendam, pelo bem comum.

PELA TERRA E PELA GREI

Enquadra-se perfeitamente no espírito desta divisa o movimento que se agita pelo concelho, em obediência a uma linha mestra, em que o povo se mantém fiel. E em absoluto altruísmo. Mostra-o, repetidas vezes, a contribuição geral mais que generosa, até dos que menos podem. A nossa gente toma-o como um dever, que se cumpre e não se discute. Assim é, ou, pelo menos, assim deve ser. A solidariedade humana, a prevenir, antes que remediar, como de bom senso. Realidade de toda a parte, com oscilações, aliás naturais. Altos e baixos, indicadores mais de generosidade que de capacidade. Mas, afinal, reduzidas a uma linha quase nivelada. Consoladoras as protuberâncias, em evidência de alma popular mais sensível, capaz até de prodígios, para uma obra de interesse colectivo, como a desses humildes e dedicados servidores que são os nossos Bombeiros, quase únicos, sempre prontos, ao serviço desinteressado de quem deles espera.

Foi o que aconteceu, uma vez mais, numa das freguesias, humanamente, mais progressivas, de gente briosa, como o Couto de Cambeses, no extremo sudeste do concelho de Barcelos, dos maiores de Portugal, até na generosidade das suas gentes.

Exemplo repetido, no domingo anterior, em Chavão, terra úbera

(Continua na 4.ª pág.)

Oração pelo namorado

Deus.

Obrigada pelo Ricardo.

Por tudo o que ele representa para mim,
Por tudo que ele procura me dar de bom
e construtivo.

Obrigada por nossos desentendimentos
que acontecem por amor,
por nossa procura de coisas melhores,
por nossos sorrisos e nossas crianças,
por nossa atitude madura,
e por nossas atitudes apressadas.

Desculpa, Deus, pelas vezes em que eu falo
como namorada,
e em que torno difícil para ele ver em mim
a tua imagem.

As vezes confesso que sou uma burra,
porque torno difícil a pureza entre nós.

Eu sei que as coisas podem ser mais puras,
mais santas
e mais divinas,
mas há uma série de coisas que levam a gente
um pouco além.

Fica connosco Deus.

Fica com o Ricardo,
Porque ele enriqueceu minha vida.

P. Zezinho

POR TERRAS DE BARCELOS

Barcelos • desportivo

por LEAL PINTO

CAMPEONATO NACIONAL DA II DIVISÃO FUTEBOL

Na 8.ª jornada do Campeonato Nacional da 2.ª Divisão Zona Norte

GIL VICENTE, 4 — MARINHENSE, 0

Exibição primaveril em verão de S. Martinho

O campo Adelino Ribeiro Novo, foi mais uma vez palco, de exibição convincente do Gil Vicente, e desta vez contra uma equipa, experimentada e pesada de elementos de larga inscrição nas andanças dos campeonatos nacionais. A demonstração teve a posse das primeiras jogadas, em que só não lograram marcar, devido à atenta acção da defesa gilista que teve de

sustentar a estratégia do opositor pelo menos nos primeiros 10 minutos, findos os quais, o público, — que não obstante ser sábado — compareceu em número bastante elevado, pode ver nos jovens gilistas o pondunor duma habilidade, desenvolta, apoderar-se do jogo e tecer jogadas, que permitiram a Lino Vieira, Rucas e Lula fazer cada um o seu golo aos 23, 30 e 37 minutos respectivamente, resultado dos primeiros 45 minutos.

A segunda parte, foi então plena de exibição, e de tal modo espectacular, — não exageramos — parecia um espectáculo de gala futebolística, e de tal modo emotiva, fez levantar o público das bancadas em constante aclamação perante a qualidade do futebol praticado, anulando todas as tentativas do Marinhense com determinação serena e clara duma senhora equipa.

O leitor experimentado, que não

(Continua na 3.ª página)

DR. JOÃO CARVALHO

MÉDICO RADIOLOGISTA
(Raios X)

Campo Camilo Castelo Branco, 79
(Campo S. José)

Telef. 82098 BARCELOS

À SOMBRA DA CRUZ



ABEL DOS SANTOS BENTO

Conforme anunciamos no passado número, faleceu após breves dias de internamento, no nosso hospital, e sem que nada o fizesse prever; o Sr. Abel dos Santos Bento, de 70 anos de idade, casado com a Sr.ª D. Carlota de Jesus Fonseca. O saudoso extinto, era muito estimado na freguesia de S. Veríssimo, pelas suas qualidades de trabalho, educação e bondade.

Era pai dos Srs. P. José António Fonseca, Luís Fonseca Santos, ausente na Alemanha, e Alfredo Fonseca Santos, ausente em França; e das Sras. Maria Celeste, Maria Odete, Maria da Conceição e Maria Amália dos Santos; e ainda sogro das Sras. D. Odete Teixeira Henrique, D. Maria de Lourdes dos Santos Regato e dos Srs. António Barros Coelho e Manuel da Costa Ferreira.

O seu funeral teve lugar na penúltima segunda-feira, após missa concelebrada por 16 sacerdotes na Igreja do referido hospital, para o cemitério municipal desta cidade. «Jornal de Barcelos» apresenta à família dorida, o seu cartão de pêsames.

AVELINO ALVES DE ARAÚJO

No hospital desta cidade, para onde dias antes fora transportado, faleceu confortado com os sacramentos da Santa Igreja, o Sr. Avelino Alves de Araújo, viúvo de 72 anos de idade.

O saudoso extinto residia na freguesia de Vila Frescaína de S. Martinho, e era pai da Sr.ª D. Maria Miranda de Araújo, casada com o Sr. José Martins Ferreira e dos Senhores José Miranda de Araújo, casado com a Sr.ª D. Angelina dos Santos Araújo e Fernando Miranda de Araújo, casado com a Sr.ª D. Ana de Araújo.

(Continua no próximo número)

freguesia, Rev.º P. Luís Gonzaga Leite da Costa, os noivos, familiares e numerosos convidados, dirigiram-se para a casa dos pais da noiva, onde foi servido um lauto almoço, e que deu motivo a momentos de boa disposição e harmonia, prolongando-se pela tarde fora.

Ao novo casal, que fixou residência nesta localidade, «Jornal de Barcelos» felicita e deseja as maiores venturas.

ILUMINAÇÃO NA VIA PÚBLICA

Afinal como é? A luz, para a via pública, vem ou não vem? Pergunta o povo, e tem razão, dado o mutismo absoluto, decorridos longos meses, por parte das entidades competentes.

Com efeito, não compreendemos a razão deste silêncio, pois tendo inquirido junto das autarquias locais, estas informaram-nos que a Câmara Municipal até à presente data ainda não deu qualquer resposta, após o envio à Chenop da petição do Povo desta localidade, com o plano de iluminação da via pública, para orçamento. Os habitantes desta freguesia exasperam-se já, e comentam até que esta freguesia continua, como sempre, a ser totalmente esquecida por parte das entidades competentes, nomeadamente pelo Município.

A iluminação na via pública, trata-se, nunca é demais afirmar, de uma velha e absoluta carência e justa aspiração desta laboriosa e ridente terra do Vale do Neiva.

Fazemos votos para que, desta feita, o nosso reparo encontre eco

FAZEM ANOS

Hoje:

Dr. Manuel da Fonseca de Carvalho e João Baptista Barros de Faria.

Amanhã:

O menino Manuel Arménio Ferreira da Silva Correia e José Eduardo Gomes de Sá.

Sábado:

Os meninos Fernando Manuel Sequeira Pedrosa e Mário João Freitas de Sousa Basto, D. Maria Beatriz Calheiros Cardoso de Albuquerque e Guilherme Loureiro.

Domingo:

O menino Diogo Aires de Campos Fonseca Matos Graça, D. Luisa Gomes Alves Ferreira e Gil Meira de Carvalho.

Segunda-Feira:

Rui Avelino Carvalho Nunes de Oliveira, D. Maria Izália Fonseca Melo e Faro, Tenente Coronel António Augusto Soares Pires e Domingos da Costa.

Terça-Feira:

A Menina Maria Filomena Rodrigues da Silva, D. Maria do Céu Ferreira e Joaquim Pereira Gomes.

Quarta-Feira:

D. Ernestina Gonçalves de Miranda

no seio das entidades responsáveis, no sentido de vermos concretizada esta velha carência, dentro do mais curto prazo.

REPARAÇÃO QUE SE IMPÕE

Na estrada municipal que dá ligação para a vizinha freguesia de Quintiães, no lugar da Aspra, nesta localidade, desabou, há algum tempo, parte da parede de suporte, marginal à estrada. Alguém colocou diversas placas, tapando a parte que desabou, mas isso não é solução, pois aproxima-se a época invernal e as chuvas e enxurradas levarão tudo à sua frente. Urge, pois, reparar a parte que caiu, levantando uma nova parede, para evitar maiores danos, pelo que chamamos a atenção, para este caso, das autoridades competentes. — C.

Conselho Permanente da Conferência Episcopal

NOTA PASTORAL SOBRE A LIBERDADE DE ENSINO NA NOVA CONSTITUIÇÃO

(Continuação da 1.ª página)

Entende o Episcopado português que, na perspectiva pastoral que lhe é própria, deve encorajar os aspectos positivos do actual esforço de procura de novas formas de vida social, denunciando do mesmo passo os atentados de que se aperceba contra a sã convivência entre todos os portugueses ou contra os direitos fundamentais.

A esta luz, a recente aprovação pela Assembleia Constituinte dos preceitos da futura Constituição relativos ao ensino não pode deixar de merecer uma palavra de preocupação, tanto mais justificada quanto, sobretudo nos domínios essenciais de que mais dependem a liberdade e o pluralismo — como a liberdade e expressão do pensamento, o direito à informação livre e pluralista e a liberdade de ensino —, a adopção de fórmulas ambíguas ou imperfeitas pode abrir caminho a abusos perigosos.

2. O Conselho Permanente da Conferência Episcopal considera justos muitos dos princípios constitucionais que foram aprovados: assim, o carácter não confessional do ensino oficial — que não obstará, decerto, ao ensino religioso de quem o queira — e ainda a afirmação de que ao Estado, enquanto representante de uma sociedade civilizada, incumba criar uma rede de estabelecimentos de ensino que satisfaça as necessidades de toda a população, meio imprescindível de realização do direito a uma efectiva igualdade de acesso ao ensino e à cultura. Congratulamo-nos também com o reconhecimento de que a liberdade de ensinar e aprender é um direito fundamental da pessoa, e com a expressa recusa de qualquer monopólio estadual do ensino, imediato ou a prazo, resultante da aceitação da existência de escolas privadas. Enfim, não deixa de constituir afluente positivo de um correcto entendimento da liberdade de ensino o preceito segundo o qual apenas as escolas particulares supletivas do ensino estadual ficam sujeitas à fiscalização do Estado.

3. Apesar destes aspectos, o Conselho Permanente não pode deixar de encarar com preocupação e reserva as ambiguidades e lacunas do texto votado, sobretudo se entendidas no contexto, a muitos títulos preocupante, da situação presente e de certas afirmações proferidas durante o debate da Assembleia. Aos especialistas e aos órgãos de aplicação do Direito caberá definir qual a correcta interpretação do texto votado, que não prima pela clareza. Não podemos, porém, deixar de estranhar que se tenha rejeitado expressamente o reconhecimento deste direito fundamental (parecendo considerar o ensino particular como mera situação de facto), e que se hajam deixado por definir — ao invés do que aconteceu com outros direitos de muito menor relevância — as condições concretas mínimas, sem as quais não existirá verdadeira liberdade de ensino em Portugal. É ainda chocante, perante a situação de desfavor há muito criada ao ensino não estadual (por falta de reconhecimento de graus, títulos e diplomas, imposição estiolante do conteúdo do ensino ministrado, ausência de efectiva liberdade de opção e inexistência de apoios de toda a ordem), que na Constituição só se mencione a fiscalização do Estado — em si perfeitamente legítima — como se o ensino não estadual apenas merecesse uma atitude de desconfiança por parte do legislador constitucional. E nenhuma garantia se dá contra a nacionalização de um sector sem qualquer relevância económica, mas essencial à defesa da liberdade das pessoas e instituições face a um Estado que pode tentar tornar-se onipotente.

O Conselho Permanente lamenta que, na esteira do regime anterior, na Constituição se atribua às escolas particulares um estatuto de toleradas, minorizadas e talvez mesmo ameaçadas. A solução a que se chegou, pela sua ambiguidade e falta de concretização das garantias mínimas, poderá abrir caminho a novas controvérsias e polémicas, que bem poderiam dispensar-se neste momento. Ao recusar definir as condições de efectividade do direito fundamental à liberdade de ensino, não se contribuiu positivamente para a construção de um socialismo democrático e pluralista: pois este nunca existirá sem o direito de livre escolha do género de educação desejado pelos pais, ou pelos educandos que para tal tenham maturidade. Vemo-nos forçados a verificar, sem alegria, que a solução a que se chegou é a menos clara e a mais restritiva de quantas houve nas Constituições até hoje vigentes em Portugal.

Minholães

Há muito que acalentamos a ideia — e até já fizemos diligências nesse sentido — de inserir nesta secção correspondência de Minholães, que aqui registre o movimento humano da freguesia, faça eco dos seus anseios e pugne pelas suas necessidades, levando aos ausentes notícias frequentes do torrão natal, sempre estimado.

Pois, em breve contamos também com correspondência regular de Minholães, neste semanário, como sabido, católico e regionalista.

As colunas do jornal estão à sua ordem, aliás como de todas as freguesias que, desta maneira, queiram contribuir para o progresso moral e material da nossa gente.

Aborim

CASAMENTO

No passado dia 25, na igreja paroquial desta freguesia, uniram-se pelos Sagrados Laços do Matrimónio, a menina Maria Aurora Caridade Pereira e o Sr. Armindo de Oliveira Alves.

A noiva é filha da Sr.ª D. Rosa Carvalho Fernandes e do Sr. Eduardo Pereira da Costa, do lugar do Picoto, desta localidade e o noivo filho da Sr.ª D. Ana Oliveira Lima, viúva do Sr. Manuel Rodrigues Alves, do lugar da Igreja, também desta freguesia.

Apadrinharam o acto a Sr.ª D. Maria Aurora Gonçalves da Costa e o Sr. João Magalhães de Barros.

Findas as cerimónias, a que presidiu o muito digno pároco desta

Móveis-Senra

Móveis estilo D. João V, D. José, D. Maria, Século XVII, etc.

Uma vasta gama de móveis dos mais modernos. Criações.

- Todo o género de Colchoaria.
- Tapeçaria e decorações.

MANUEL JOSÉ GOMES SENRA, L.D.A

Campo 5 de Outubro, 11-12
Telef. 82889 BARCELOS

MISSAS AOS DOMINGOS

- 7.30 — Igreja Matriz
- 9.00 — Mosteiro Senhor da Cruz
- 9.30 — Igreja S. José
- 10.00 — Igreja do Hospital
- 10.00 — Santuário da Franqueira
- 10.30 — Igreja do Terço
- 11.00 — Igreja Matriz
- 12.00 — Mosteiro Senhor da Cruz
- 12.00 — Igreja de Santo António
- 15.00 — Igreja do Terço
- 19.00 — Igreja Matriz

Coberturas e empenas DE ALUMÍNIO ONDULADO AUSTRIACO

METAIS ALMADA

MANUEL TEIXEIRA PRATA & C.ª

Telefones: 24 325 ★ 29 968 ★ 32 241 ★ 24 213

RUA DO ALMADA 395 — P O R T O

Novo Governador Civil do Distrito

(Continuação da 1.ª página)

der, as leis revolucionárias que publicadas ainda nos governos anteriores não chegaram a ser cumpridas, estando contudo adaptadas ao momento actual, pois de nada nos valem leis, orquestradamente acolhidas de modo festivo, se não se cuida da sua aplicabilidade.

Para o VI governo, governar é criar as infraestruturas de execução das leis, de modo a pô-las a funcionar no quotidiano e assegurar para elas uma prática que vingue correctamente e assim torne irreversível o commandamento que implicam.

Para o VI governo, governar é ainda agir de acordo com as leis em vigor, pois enquanto estas não forem revogadas, tanto obrigam a Administração como os Administrados, sendo a única forma de não cair na anarquia e na arbitrariedade, e dar segurança ao agregado social.

É óbvio, portanto, que se torna decisivo resolver prioritariamente a crise de autoridade e disciplina, uma vez que sem estas, não será possível cumprir qualquer programa do Governo.

Por isso, por sentirem que, se o VI governo conseguir vencer a batalha da autoridade e da disciplina, a democracia a caminho do socialismo será uma realidade no nosso país é que os nossos inimigos nos atacam, sobretudo, nesse domínio.

Quais são, para além da implementação dos factores que permitam o exercício da autoridade, e contribuam portanto, para o estabelecimento da ordem e tranquilidade pública, embora num contexto simultaneamente revolucionário e respeitador das liberdades democráticas, as grandes tarefas que a este Ministério se deparam?

De acordo com o Programa do Movimento das Forças Armadas, a Plataforma de Acordo Constitucional, o Plano de Acção Política e o Programa Político do VI Governo apresentado ao país pelo Almirante Pinheiro de Azevedo em 13 de Setembro, e como seu corolário, essas tarefas podem genericamente esquematizar-se da forma seguinte:

- conciliação entre as práticas da democracia directa e o pluralismo partidário;
- reforço da democracia local e regional;
- descentralização da vida político-administrativa, estudando e dando corpo aos projectos de reordenamento do território;
- revisão, à luz do sentimento local, da constituição de algumas autarquias locais, em moldes que não perturbem a regularidade e boa marcha da vida administrativa dessas entidades;
- moralização e dinamização da Administração Pública;
- redução da perturbação política existente nos arquipélagos dos Açores e da Madeira;
- participação na atenuação dos problemas levantados pelo regresso de nacionais que estavam fixados nas antigas colónias;
- preparação das próximas eleições;
- ultimização dos trabalhos para reestruturar e reorganizar o Ministério da Administração Interna por forma e torná-lo mais eficaz do ponto de vista funcional.

Perante a dimensão que muitos consideram quase apocalíptica da crise que enfrentamos bem pouco nos deveria preocupar o terrorismo verbal que impende sobre o Governo e também sobre todo o Povo português, se ele não estivesse criando um preocupante clima de intranquilidade e angústia com reflexos em toda a sociedade.

Esse terrorismo, que se processa através da manipulação e instrumentalização de pequenos grupos, ou no empolamento artificial do eco de factos apresentados por forma incompleta ou distorcida, poderá, não tenhamos qualquer dúvida, matar a revolução portuguesa, entendida esta como projecto dinâmico de construção de uma sociedade estruturada em moléculas radicalmente novos onde o homem aí se integre sem alienações e não seja objecto do aviltante exploração por parte de outros homens.

Que quem desencadeia esse terrorismo, ou dele é mero instrumento, se compenetre, por um lado, das funestas consequências que os seus actos poderão vir a ter e, por outro, que o povo se não deixará ludibriar e tarde ou cedo os desresponsabilizará pelo desdourado sectarismo sob o qual lhe é apresentado o conteúdo dos fenómenos políticos.

Aflorámos aqui em termos suficientemente precisos a primeira, principal e decisiva preocupação deste governo, o exercício da autoridade, a ordem e a tranquilidade pública. Este é efectivamente, um domínio onde se tem de actuar, e já, procurando criar as infraestruturas necessárias à luta contra as acções de marginais e contra a criminalidade. Ao nível dos distritos tem a intervenção dos Governadores Civis, como responsáveis pela respectiva segurança pública, um papel de grande relevância. Reconhecemos, contudo, que esta tarefa, se bem que urgente, requiere tempo e serenidade. Tempo porque os serviços não se reestruturam de um dia para o outro, e nada praticamente foi feito até aqui. Serenidade, para que não possa ser apelidada de repressão o que é a defesa contra o crime.

Não temos dúvidas que a vossa nomeação em substituição de outros será classificada — e já o está a ser — por conveniência de certos sectores, como «saneamento à esquerda». É preciso que fique bem claro que não se trata de nada disso. O afastamento de alguns governadores resulta ou de pedido expresso nesse sentido formulado pelos interessados, ou de conveniência imperiosa de serviço à luz dos pressupostos que estiveram na base da constituição do VI Governo. O critério da designação dos governadores civis obedece a uma metodologia bem clara e patente cujos termos gerais, nas actuais circunstâncias em que não existe um processo eleitoral de escolha — caso em que o Governo estaria vinculado aos respectivos resultados — a seguir se enumeram.

O Governador Civil é o representante do Governo em cada distrito. Em face das reformas que se projectam, ele tem de ser, ao nível daquela autarquia, o garante da execução da política do Governo, inteiramente identificado com ela e assegurando de antemão o seu cumprimento, em termos de isenção, competência e idoneidade. Procura-se ainda, naturalmente, a conciliação possível com o que se admite possa ser a actual implantação partidária nas diversas regiões do país. São somente estes condicionalismos, e só estes, que podem e devem motivar a substituição dos Governadores Civis.

O que se pretende que sejam não os executores da sua política ou dos partidos onde porventura militam, mas os executores da política do Governo. Estou certo Senhores Governadores que será assim que ides proceder.

vezes até de conteúdo anárquico. E isto tem as suas consequências deletérias, enervando o ambiente social, retraindo o povo que assim perde a confiança na revolução e tem medo de investir no campo económico, resultando daí que a produção baixa. São de lamentar os estragos causados no emissor regional da Madeira. Mas, perguntamos nós, quem preparou psicologicamente o povo para aquele acto de destruição? A agressividade ideológica do conteúdo das suas emissões não terá a culpa toda ou em parte?

O 1.º Congresso Nacional das Comissões de Trabalhadores há pouco efectuado decidiu: «Repudiar da forma mais categórica o conteúdo das notícias produzidas pelo Posto da Covilhã do E.N. como falsas e caluniosas e as manobras provocatórias a elas ligadas perpetradas pelo Posto Central de Lisboa». De facto, há muita coisa a emendar e estes senhores da comunicação social têm uma tremenda responsabilidade perante o povo português.

Um outro acontecimento passou-se em Évora, noticiado largamente pelos jornais. Os comunistas, por sua conta e risco, mas com uma certa complacência de alguns militares, resolveram convocar a cidade para invadir o Seminário. Digam-se de passagem que poucos acorreram. O povo, no seu bom senso, começa a aperceber-se das manobras... Os poucos que apareceram, chefiados por um notório militante comunista, invadiram efectivamente o edifício do Seminário, passando-lhe uma busca em forma, à procura de armas. Estas, não as encontraram, porque não as havia lá. Já se anuncia porém o desaparecimento de uma carteira com cinco ou seis milhares de escudos...

É com estes métodos que os comunistas se querem ilibar do anti-comunismo que por aí se vê?...

Em vez de contribuirem para a paz entre todos os portugueses, para o verdadeiro espírito democrático e livre, para a conciliação entre todos de modo a ser possível a confiança e a cooperação na reconstrução nacional, tais órgãos de comunicação social agridem ideologicamente a maioria do povo português pela preferência sectária e partidária que dão a grupelhos de representação insignificante, às suas ideias e aos seus comunicados, por

Muito sectarismo e pouca democracia

As últimas semanas têm sido fecundas em acontecimentos no País. Por um lado, o dramático espectáculo dos retornados de Angola, que vão chegando aos milhares e se vêem por todo o lado, com a angústia bem estampada no rosto. É a barafunda dos aeroportos, sobretudo o de Lisboa; são as bichas intermináveis, a prolongarem-se por dezenas e dezenas de metros para fora da agência do Banco Nacional Ultramarino, no Rossio, à espera de vez para obter uns míseros escudos em troca dos poucos angulares, que cada um pode trazer. A acrescentar a isto, cenas como esta: um miúdo de oito ou nove anos, deitado no passeio e a dormir junto da parede, ao lado do edifício da Estação do Rossio, tendo pela frente um papel mal escrito, entalado pela boina e que dizia: «não tenho pai nem mãe, peço uns tostões para comer».

Por outro lado, a irresponsabilidade da rádio e da televisão, bem como da larga imprensa nacionalizada, mais atentos a sentenças de morte na Espanha do que a ameaças de fuzilamentos em Timor, a reais fuzilamentos em Angola ou desaparecimento de pessoas que não mais dão sinal de si, a execuções em massa na Guiné e violências um pouco por toda a parte. Tais órgãos de comunicação social hostilizam o Governo e dificultam-lhe a tarefa, comportam-se de tal modo que excitam as paixões dos homens e neste estado de espírito são possíveis vandalismos e destruições que vão custar caro ao País, isto é, ao povo. Põem em perigo as boas relações entre povos vizinhos, as quais se fossem suspensas poderiam acarretar para o nosso País o desemprego imediato de um milhão de trabalhadores portugueses, que sustentam metade da população, provavelmente. De facto, estamos a receber através da Espanha 40% da energia eléctrica que consumimos.

Em vez de contribuirem para a paz entre todos os portugueses, para o verdadeiro espírito democrático e livre, para a conciliação entre todos de modo a ser possível a confiança e a cooperação na reconstrução nacional, tais órgãos de comunicação social agridem ideologicamente a maioria do povo português pela preferência sectária e partidária que dão a grupelhos de representação insignificante, às suas ideias e aos seus comunicados, por

BARCELOS • DESPORTIVO

(Continuação da 2.ª página)

O Gil Vicente vai a Lourosa na próxima jornada.

CAMPEONATO REGIONAL DE JUNIORES DA A. F. DE BRAGA

Prado, 0 — G. Vicente, 1

Os Juniores do Gil Vicente foram à Vila de Prado, e trouxeram dali uma preciosa vitória, que os habilita a continuar a comandar a classificação da sua série.

Futebol em Forjães

DOMINGO PASSADO, O FORJÆES S. C., RECEBEU O S. C. VIANENSE NO CAMPO HORACIO QUEIRÓS E PERDEU POR 0-2

Sob a arbitragem do Dr. Pintado, da A. do Porto, os grupos alinharam:

Forjães — Zé Manel, Junipo, Meira, Martins e Ribeiro; Zé Armando, Serginho e Domingos; Lima, Fernando e Almeida.

Vianense — Magalhães, Tino, Serafim, Cândido e Parente; João da Costa, Luís e Cunha; Leandro, Xico e Castro.

Golos aos 16 e 33 minutos. Viana do Castelo invadiu Forjães! É o termo exacto nesta apreciação. O Forjães S. C., que é um filho adoptivo da A. de Viana, recebeu aquela enorme falange de apoio com a simpatia desportiva que a Princesa do Lima lhe merece. E tudo correu bem naquela tarde cheia de sol.

No Forjães não há nomes a destacar, tal o pondunor que alardearam todos.

Estes meninos deram pelas barbas à bem estruturada equipa Vianense.

Arbitragem procurou ser paternalista, mas agradou.

Casamento

Na Igreja paroquial de Arcózel, realizou-se a cerimónia do casamento da Menina Maria Manuela Neiva M. Soares Galiza, filha do Sr. Carlos Araújo Soares e da Sr.ª D. Maria José Neiva Soares, com o Sr. João Augusto Ferreira Carneiro Galiza, filho do Sr. José da Silva Carneiro Galiza e da Sr.ª D. Delfina Ferreira Ferre.

Apadrinharam o acto, o Sr. Carlos Alberto Pereira Vilas-Boas Galiza e a Sr.ª D. Maria Helena Ferreira C. Galiza.

«Jornal de Barcelos», deseja ao novo casal uma nova vida cheia de felicidades.



Forge
OCULISTA

TÉCNICO ESPECIALIZADO
OFICINA PRÓPRIA

Rua D. António Barroso, 199
BARCELOS

ALUGAM-SE:

VESTIDOS DE NOIVA

VENDEM-SE:

RAMOS DE NOIVA

Av. Comb. da Grande-Guerra, 200
BARCELOS

Alumínios anodizados

FÁBRICA — SIALAL

CASA ESPECIALIZADA NA CONSTRUÇÃO DE CAIXILHARIAS EM ALUMÍNIO ANODIZADO (de origem alemã) E CONSTRUÇÕES METÁLICAS

Entre muitas obras executadas pela «Fábrica Sialal» salientam-se, em Barcelos — «Torre Alcaldes de Faria» e em Fão-Espôsente — «Torres do Ofir»

SNRS. CONSTRUTORES:

Para as vossas obras prefiram os serviços da «Fábrica Sialal», solicitando orçamentos

QUALIDADE E PERFEIÇÃO

Fábrica Sialal

Bairro de Santa Marta (Junto à Estação dos C. F.)

Telef. 82186 P.P.C.

BARCELOS

Passa-se

CAFÉ E PASTELARIA

no centro da cidade com muita clientela.

Motivo de doença do proprietário.

Carta à Redacção ao n.º 55.

A Assembleia Constituinte E A IMPRENSA REGIONAL

O diário da Assembleia Constituinte de 23 de Outubro, regista a intervenção, antes da Ordem do Dia, do deputado Luís Melo Biscaia, PPD, dedicada à situação da Imprensa Regional, em riscos de morte pelas dificuldades económicas da conjuntura actual e em consequência das drásticas medidas oficiais. A imprensa Regional, quase a única que, por independente, serve o povo e a Nação, está a lutar pela sobrevivência mercê do sacrifício heroico de meia dúzia de dedicações que, sem se deterem perante sacrifícios, se esforçam pela continuidade das tradições, pelo bem da Grei, pelo prestígio da Fé e da Pátria. Dado o alto interesse da intervenção, aqui a registamos na íntegra:

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos numa época em que certos grupos políticos, deixando-se dominar pela intolerância e sectarismo, passam o tempo a atacar tudo e todos que não façam o jogo que lhes agrada.

Não admira, pois, que também a imprensa regional seja vítima dessa deplorável prática, sendo, aprioristicamente, acusada de reacção-nária, retrógrada, contra-revolucionária e de outras coisas mais, que, repetidas tantas vezes sem fundamento, já nem conseguem atingir o efeito desejado!

Em relação a essa imprensa, tem-se, sobretudo, caído no péssimo hábito de generalizar tais acusações, sempre eivadas da cegueira política que leva a denunciar apenas aspectos negativos.

No entanto, ninguém de boa fé poderá pôr em dúvida a relevante acção de informação, educativa e formativa que a maior parte dos jornais regionais tem desempenhado junto das populações.

E também ninguém terá o direito de desconhecer que é através dessa imprensa regionalista que melhor têm sido tratados os pequenos e grandes problemas de interesse para os povos das terras da província.

Vivendo, no dia-a-dia, com um directo conhecimento de causa, as necessidades e legítimas aspirações das comunidades — tantas vezes esquecidas dos órgãos do Poder Central e nem sempre atempada e eficientemente defendidas pelas autarquias locais —, a imprensa regionalista, de uma maneira geral, tem sabido bater-se, com louvável dedicação, persistência e coragem, pelo progresso e bem-estar material e espiritual das gentes e das terras que pretende servir.

Alertando as entidades públicas para situações que urge resolver, promovendo campanhas de vária natureza, estimulando a compreensão e a solidariedade, mantendo utilíssimas secções noticiosas e informativas, os jornais de província têm, uns melhor do que outros, exercido uma função francamente positiva e meritória nos meios em que se publicam.

Mesmo nos casos em que os grandes jornais diários chegam, com regularidade, às localidades, a verdade é que o jornal da terra tem outro interesse, tem outro sabor, porque nele se espelha a vida do concelho, da freguesia ou região, nas suas múltiplas facetas!

A imprensa regionalista é já, pode dizer-se, uma instituição nacional, muito respeitável, até porque, não esqueçamos, é ela talvez o elo mais importante na manutenção de laços, que se querem indestrutíveis, entre os emigrantes e as suas comunidades locais e a própria comunidade nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É essa imprensa que está em afiliva crise, em risco de desaparecer.

Não porque falte quem deseje continuar a dar-lhe a sua colaboração dedicada e desinteressada, servindo-se da força moral que sempre advém do amorismo e bairrismo.

São, sim, razões económicas que estão a asfixiar a imprensa regionalista!

Se nunca ela fez enriquecer ninguém, nem sequer viveu desafogadamente, o certo é que, desde o aumento de quase 2000 % das taxas postais de expedição dos jornais, muito mais se agravou a sua situação. Não bastavam já os enormes aumentos dos encargos da mão-de-obra, do custo do papel, etc.!

Alguns desses jornais de província — quantos deles com uma longa existência ao serviço de uma causa essencialmente social — suspenderam já a sua publicação; outros vão fazendo esforços tremendos para sobreviver.

A Associação da Imprensa não Diária e os próprios periódicos dirigiram apelos dramáticos aos anteriores Ministros da Comunicação Social e dos Transportes e Comunicações para que ajudassem a resolver o grave problema da imprensa regional, mas sem êxito!

São centenas de jornais que continuam ameaçados de morrer.

E são também milhares de artifícios gráficos que correm o perigo de ficar sem trabalho, pois, como se sabe, são esses jornais, existentes nas pequenas terras da província, que, quase sempre, constituem o principal sustentáculo das tipografias que os compõem e imprimem e que, também elas próprias, estão em grave crise.

A imprensa regionalista bem merece que o Governo lhe dispense protecção, estabelecendo um conjunto de medidas que facilitem a sua vida.

E, para já, impõe-se que acabem essas exorbitantes taxas postais, que parece terem surgido como fazendo parte de um plano para matar aquela sempre sacrificada imprensa!

O actual Ministro da Comunicação Social, cujas qualidades e méritos eu bem conheço, prestando-lhe aqui afectuosa e merecida homenagem, vai com certeza debruçar-se sobre o momentoso problema dos pequenos jornais de província em tão difícil situação.

Embora já contestado pelos sectários interessados em manter a manipulação da informação, o Sr. Ministro saberá não só resolver a questão da grande imprensa, quase toda estatizada, mas também a da imprensa regionalista.

Só lhe faço o apelo para que actue depressa, porque senão pode ser tarde de mais!

JOSÉ MANUEL LOPES DA SILVA



Trata-se de barcelense adoptivo, geralmente conhecido pela sua pessoa no campo da divulgação musical.

A mestre Lopes da Silva, deve-se a formação entre nós de três grupos de cantores, da cidade, de Vila Frescainha e de Arcozelo.

Actuação, geralmente, entre gente humilde, interessada pela arte como um dos meios da sua promoção social.

E dada à boa prática, como é a actuação em cerimónias religiosas, uma vez que quem canta, reza duas vezes.

Motivo de sobejo para consagração de mestre Lopes da Silva, a quem no sábado passado foi oferecido um jantar de homenagem, a propósito do seu aniversário natalício, que ocorreu em 28 de Outubro corrente.

Aqui festejamos também este nosso amigo e dedicado colaborador, estimando a progressão, sempre ascendente, dos seus êxitos pessoais e artísticos.

SERVIR A EVANGELIZAÇÃO

NAS COMUNICAÇÕES

SOCIAIS

A Congregação das Filhas de S. Paulo, (Irmãs Paulistas) comemoraram no dia 2 de Outubro pp. 25 anos de permanência e trabalho em Portugal. A Congregação foi fundada na Itália em 1915, por D. Alberione, com a missão específica de evangelizar e promover o

homem, servindo-se dos Meios de Comunicação Social. Em Portugal as Filhas de S. Paulo têm duas Livrarias: no Porto, R. do Cedofeita, 355 — e em Lisboa, Av. Alm. Reis, 34-E, estando ainda presentes na Madeira e na Beira (R. P. de Moçambique). No desenvolvimento de sua actividade publicam livros, discos, cassetes e diapositivos sobre temas de educação, para crianças, jovens e adultos, dentro de uma linha de humanismo cristão.

DINHEIRO ACHADO

Achou-se uma importância em dinheiro, que foi encontrada na Rua Elias Garcia, a qual se entregará a quem provar pertencer.

Esta redacção informará a pessoa que o achou.

As Filhas de S. Paulo estão conscientes da poderosa influência dos M.C.S. para a formação duma recta consciência revolucionária-socialista, para construir, no Portugal novo, a justiça social, na linha e pureza do espírito evangélico.

Na sua missão visitam as famílias, colectividades, percorrem as terras de Norte a Sul do País. Estão presentes em zonas de praias e campismos. Promovem semanas Bíblicas e cursos de formação de monitores, para a alfabetização de adultos, no seu desejo humilde de servir como Igreja, o povo, na luta pela sua aspiração profunda à dignidade, à cultura e aos valores espirituais autênticos.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA

É mais um novo assinante que, por intermédio do nosso solicito correspondente no Vale do Tamel, se dignou inscrever passando a receber este semanário em sua casa em Lisboa.

O bom amigo dignou-se antecipar o pagamento da assinatura, atenção que muito agradecemos.

De nossa parte procuramos responder com notícias, sempre em dia, de sua terra natal.

A Anti-Humanidade

Gil Vicente, um dos maiores da nossa Literatura e um dos grandes mesmo da Literatura Mundial, entre as suas geniais fulgurações, tem esta, no Auto da Mofina Mendes:

O bruto animal da serra,
que espantas os bois e o carro,
como sabes tu, bebarro,
quando há-de tremer a terra,
ó terra, filha do barro?

Relendo agora estes versos incandescentes e fulmíneos, instintivamente me ponho em vibração com o poeta. E ao ver o espectáculo atroz de crimes, violências e ferocidades sem nome, com que hoje aí rebenta uma espúria facção da Espécie, que bem se pode chamar a Anti-Humanidade, também eu digo:

«O bruto animal da serra, que espantas os bois e o carro!» O terroristas sem alma nem entranhas! O subversivos revolucionários, às cegas, à bruta e à tonta! O ideólogos desvairados, que pareceis irromper do Inferno como um vulcão em fumarada ardente! O loucos, ó maléficos, que, espantando os bois, espantais da terra a vida, e a mansidão, e a força útil e construtiva; e espantando o carro, bem assente nas duas rodas, e avançando ordenadamente pela estrada, espantais também da terra a ordem, e a civilização, e o progresso!

«Como sabes tu, bebarro?» Como sabeis vós, ó ébrios da mentira, ó drogado da maldade, quando a terra vos há-de tremer debaixo dos pés?

Vós sois os Cains da sociedade, que matais, a cru e a frio, o vosso irmão Abel, inocente e puro. Só porque ele tem, para ofertar a Deus, uma ovelhinha branca e mansa; e vós, vós só tendes, para Lhe apresentar, inúteis frutos de refugio, bichosos e podres.

Irrrompendo, como os bárbaros, não das florestas negras, mas lá das funduras do negro abismo, atropelais os montes e secais as fontes: os montes do ideal e as fontes da alegria. Passais como a Noite e o Caos, e por onde passastes fica um rasto de sangue, de desolação e de morte.

Sois o avesso do ser humano. Uma criatura de Satanás. Uma contrafacção da Humanidade. As hostes de Cog e Magog.

Fugi da luz, entes das trevas! Todo o Universo vos maldiz e repulsa. Fugi, escondi-vos, desaparecei!

Como sabeis vós, «quando há-de tremer a terra?»

O sangue de Abel, derramado por vossas mãos, grita ao céu. De sob o altar, as vozes daqueles, a quem vitimastes, clamam: Senhor, quando vingareis o nosso sangue?

Sim! a terra há-de tremer sob os vossos pés. Quando vos sacudir e rejeitar, como quem repele de si uma bestiagem nojenta e peçonhenta.

Já com o pé no ar os mensageiros
estão, para anunciar-vos a desgraça...
Já chovem pedras sobre a vossa raça,
há silvos contra vós pelos outeiros.

Há já sinais no sol e nas estrelas...
Encheu sua medida a iniquidade...
Virão, enfim, as contas... e, com elas,
a sentença de Deus e da Verdade!

PELA TERRA E PELA GREI

(Continuação da 1.ª página)

de frutos da terra e do coração dos seus filhos, tão barcelenses como os da cidade ou quaisquer outros.

Com tal generosidade, uma realidade é certa — a construção do quartel dos nossos Bombeiros! Ainda bem.

OS PRODUTOS QUÍMICOS QUEIMAM

Um tipo de acidente muito vulgar, entre as pessoas que trabalham com substâncias químicas, são as queimaduras que sofrem em consequência de derrames ou salpicaduras de tais produtos. Conscientes dos riscos alguns chefes de empresas preocupam-se em tomar as medidas necessárias para evitar que os seus trabalhadores fiquem queimados. Com este fim distribuem luvas, óculos, máscaras, aventais, botas, capuchos e toda a classe de equipamento de protecção.

Não obstante os esforços que se fazem para acabar com tais acidentes, estes não têm podido ser eliminados totalmente. Uma vez que se apresenta o risco, é necessário conhecer a maneira mais eficaz de contrariar os efeitos da substância. Geralmente estas substâncias são ácidos, alcalis, terebentinas, alguns agentes de limpeza, cal, cimento, derivados de petróleo, certas preparações com asfalto e alguns anti-sépticos. Quando qualquer delas faz contacto com a pele ou uma membrana mucosa, o mais importante é actuar com rapidez.

Efectivamente, a rapidez com que se façam os primeiros socorros em casos de queimaduras químicas, é essencial. O seu propósito fundamental será a eliminação total da substância irritante. Para isso, comprovou-se que o meio mais eficaz é a água em grandes quantidades. A parte afectada deve ser lavada repetidamente com água corrente para assim dissolver e anular o efeito do produto.

A água está ao alcance de todos e, nestes casos, a lavagem com água corrente é o tratamento mais eficaz.

Jorge OCULISTA
BARCELÓS — FAMALICÃO — SANTO TIRSO

ESTIMADOS CLIENTES:

Informo V. Ex.as de que desde o dia 1-10-75 foi concedido oficialmente o desconto para todos os Beneficiários das Casas do Povo na compra dos óculos, os quais estamos autorizados a executar.

Para obter mais informações visite-nos.